

**ATA DA REUNIÃO 382° ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2012**

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reunião do Ministério Público do Estado da Bahia, em Salvador. Estiveram presentes o Presidente, Dr Geder Luiz Rocha Gomes, Segunda Vice-Presidente Dr^a. Valdirene Daufemback e os seguintes Conselheiros: Fernando Braga Viggiano, José Laurindo de Sousa Netto, Luiz Guilherme Mendes de Paiva, Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Suzann Flavia Cordeiro de Lima, Pedro Sergio dos Santos, Vitore Andre Zílio Maximiano e Maria Ivonete Barbosa Tamboril; bem como os seguintes participantes externos: Renato Mendes Costa Figueiredo - Assistente Administrativo-, José Felix dos Santos - Coordenador Administrativo-, Fernando Roth Schidt - Secretário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia-, Carlos Augusto Hedrado - Assessor do Secretário para Assuntos Internacionais e da Agenda da Bahia-, Wellington César Lima e Silva - Procurador Geral de Justiça da Bahia-, Nestor Duarte – Representante da Secretaria de Administração Penitenciária-, Carlos Eduardo – Representante da Secretaria de Administração Penitenciária-. Justificaram a ausência os conselheiros: Dr. Herbert José de Almeida Carneiro, Alvino Augusto de Sá, Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Erivaldo Ribeiro dos Santos, Gisela Maria Bester, Renato Flavio Marcão, Augusto Eduardo de Souza Rossini. O Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos. Informou que foi procurado pelo professor Edmundo Oliveira que nos colocou um tema interessante que é a perspectiva para instalação da Universidade de Segurança e Desenvolvimento Social da ONU no Brasil. Disse-nos que havia um fórum em Belaggio/Vienna, que ocorreu em 2011, onde um grupo intercalado entre representantes da ONU e representantes governamentais e não governamentais aprofundaram essa discussão. Como representante formal, o Ministro Cezar Peluzzo apresentou a possibilidade de se fazer uma gestão política internacional para que fosse instituída aqui no Brasil uma sede da ONU, porque o próprio Estado Brasileiro não tem uma grande representação nessa Organização, essa conversa evolui e surgiu a perspectiva que aconteça no mês de março de 2012, provavelmente na cidade do Rio de Janeiro, o segundo fórum. Após o Conselheiro Milton Jordão deixou a satisfação de ter

convivido esses três anos com Vossa Excelência, o Senhor Presidente, e também com a segunda Vice-Presidente a senhora Valdirene Daufemback. Foi e tem sido um aprendizado muito bom, especialmente essa convivência interdisciplinar algo que ele gostou e achou que é relevantíssimo ao direito, pois permite que a área jurídica possa respirar outros ares. Dessa forma o desempenho de ambos Doutores vão fazer falta. Após a segunda Vice-Presidente relatou que dia nove de março de 2012 foi nomeada como Ouvidora do Departamento Penitenciário Nacional e que na quinta-feira tomará posse. Alegou que estava bastante contente com a oportunidade e que, agora, o término do mandato no CNPCP não representa uma ruptura já que coincide com uma nova possibilidade de relação com o conselho, por meio da Ouvidoria. Seguindo a Senhora Valdirene falou sobre a agenda de inspeções conjuntas que foi iniciada esse ano vai se manter. Reitera a alegria de ter podido integrar o Conselho e os agradecimentos. Após o Conselheiro Rodrigo Roig alegou que queria informar a existência de uma reunião do workshop na construção da política nacional de alternativas penais que será realizado nos dias 28, 29 e 30 em Brasília. O senhor Conselheiro disse que será o primeiro workshop dentro dessa política, encerrou sua fala. Em seguida o Conselheiro Vitore Maximiano disse que já é a terceira ocasião que este tema vem à tona, pois a substituição no conselho de um grande número de conselheiros e de peso como o Geder e a Valdirene como também de tantos outros conselheiros. Relatou que isso acaba ocasionando uma enorme preocupação quanto à continuidade dos trabalhos, uma vez que aumenta o peso da responsabilidade de quem aqui permanecerá e certamente de quem chegará. Continuando a explanação o Conselheiro disse que o conselho nesses últimos anos teve muito empenho e dedicação sob o comando da presidência do Geder, por ventura muito bem conduzida. O Senhor Vitore, ainda não conselheiro, ouvia do CNPCP o trabalho desenvolvido pelo presidente e pela vice e como ambos se mostravam preocupados com as mudanças. Assim relatou que o fato é que quem ficará contará muito com o apoio das experiências de Geder e Valdirene que deixam um histórico neste conselho. Relatou que deseja bons trabalhos a Valdirene, pois ela assumirá na quinta-feira a Ouvidoria Nacional do DEPEN e que deseja muito sucesso e foi uma referência na área do sistema prisional, sendo um reconhecimento ao seu trabalho. Ainda na fala do Dr. Vitore esse reportou a dizeres do Conselheiro Fernando Viggiano, quando este disse para o CNPCP, sobre um julgamento importante do Supremo Tribunal Federal de duas Ações

Diretas de Inconstitucionalidade tendo como relator Dr. Joaquim Barbosa. Relatou que o Supremo declarou inconstitucionalidade da legislação de Santa Catarina que previa a criação Defensoria dativa algo que contrariava frontalmente a Constituição Nacional e que impedia uma atuação decisiva e fundamental no sistema prisional em prol daquelas pessoas necessitadas que não possuíam defensor constituído, uma vez que o Estado de Santa Catarina é o único que não possui legislação para criação de sua defensoria local, sendo certo que outros Estados como a exemplo de Goiás já possui. Continuando a fala o Dr. Vitor disse que o Estado do Paraná realizará seu concurso para a seleção de Defensores Públicos, Estado esse que não possuía Defensoria Local. Continuando ainda, relata que esta decisão do STF passa um corretivo ao Estado apontando a necessidade da instalação da Defensoria local e uma atuação decisiva no sistema prisional local. Em seguida o Conselheiro Luiz Guilherme comunicou a respeito das comissões de reforma do Código Penal no Senado e na Câmara, e disse que a comissão do Senado chegou a discutir alguns temas na semana retrasada e a pauta ficou dominada pelo o aumento das hipóteses dos abortos ilegais e que acabou escondendo outras mudanças feitas lá, especialmente, em crime de trânsito que foram propostas várias alterações e pedirá para a Secretaria ajudá-lo, pois as propostas ainda não estão consolidadas. No caso da Comissão na Câmara dos Deputados, os relatórios foram apresentados, várias alterações foram propostas. E falou que pedirá a colaboração de todos os conselheiros. Disse que o escopo da Comissão da Câmara se arrogou à posição de tentar resolver questões de proporcionalidades das penas ou pensar em modernização da legislação. Relata que tem algumas coisas interessantes a serem discutidas, especialmente, na área de patrimônio, participação da vítima e outros benefícios legais. O Doutor Luiz recebeu um contato de uma conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, disse que ela é Juíza Federal e coordena uma pesquisa de combate aos homicídios. Pesquisa essa que foi finalizada e encaminhada ao Conselheiro Luiz. E disse que a Juíza Federal se colocaria à disposição de vim ao conselho apresentar a referida pesquisa. Logo após o Conselheiro Fernando Viggiano solicita a fala e relata que; em relação à notícia que encaminhou sobre a decisão do STF para que fosse implementada a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina, teve a intenção de dar conhecimento aos demais Conselheiros e que via essa decisão como grande avanço para o sistema de justiça criminal brasileiro, já que serviria como parâmetro para que fossem cobrados dos demais

Estados a correta instalação do órgão. Disse ainda que os dados coletados no Estado de Santa Catarina já demonstravam que a assistência jurídica aos presos era insuficiente, tanto que os relatórios do Conselho Penitenciário Estadual já demonstravam a queda do número de procedimentos de indulto e comutação de penas a cada ano. Espera, portanto, que se resolva logo a situação nos Estados de Goiás e Paraná. Disse, ainda, lamentar as notícias veiculadas na mídia acerca da Operação "Monte Carlo" que a população goiana tem assistido com profunda tristeza, mas que espera que todas as ações ilícitas sejam regularmente investigadas, processando-se os responsáveis. Relatou, ainda, que aguarda uma profunda depuração ética no cidadão goiano. Logo após o Conselheiro José Laurindo relatou que está coordenando uma pesquisa da realidade prisional após implementação a lei de medidas cautelares. Disse que tem constatado um aumento das prisões provisórias e justifica que a lei veio para diminuir esvaziar as prisões. Assim relata que a lei veio contribuir para o aumento dos números de casos de prisões provisórias. Finalizando sua fala relata que a pesquisa está em estudo preliminar. Em seguida a Conselheira Suzann falou sobre saída dos conselheiros e do Dr Geder. Disse também que o DEPEN está disponibilizando verbas para penas alternativas e defesa dos presos provisórios e, ainda, argumentou que o Ministério Público de Alagoas entrou com uma ação contra a Secretaria de Administração Penitenciária sobre desvio de verbas no Estado. Seguindo comentou sobre a resolução de arquitetura prisional onde houve um questionamento sobre um espaço para depósito de materiais explosivos e antirrebelião, desses que os agentes penitenciários utilizam. Após a Conselheira Valdirene lembrou do tema sobre medidas cautelares que a Doutora Eloísa comentou na última reunião. A senhora Heloísa nos colocou que havia uma série de solicitação dos Estados e de projetos relacionados às medidas cautelares, no entanto nem o CNPCP nem o judiciário estabeleceram diretrizes para fiscalização e monitoramento das medidas cautelares. Dessa forma está ficando muito vago a utilização das medidas cautelares porque já se passaram mais de seis meses e a efetividade dela está muito nebulosa. Lembra ainda sobre a reunião que ficara de realizar deste Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária com o Conselho Nacional de Justiça, pediu então que acelerasse o encontro daqueles órgãos. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos falou que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária tem o dom de contagiar todos que ali passam e a buscar incessante pela causa penitenciária. Continuou e parabenizou o Doutor

Geder pelo trabalho dizendo que é necessário que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se mantenha com a mesma mentalidade de trabalho desenvolvido. Após o Conselheiro Pedro Sérgio comentou sobre o relatório da inspeção no Estado de Pernambuco, sugerindo que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária solicite uma reunião com o governador bem como promova uma audiência. Por que o que se está fazendo hoje em Pernambuco é um pacto pela vida, onde a política é de encarceramento. Todavia o que realmente está acontecendo é o pacto pela morte. Somente para dizer, nesses anos de governo, o número de encarcerados era de quinze mil presos, quando novo governo assumiu, o atual, o encarceramento subiu para vinte e quatro mil presos no sistema, sendo que foi ampliada oitocentas a mil vagas. E outra preocupação que me causa é sobre o Estado de Goiás com a questão do jogo do bicho, inclusive, com a participação de políticos e autoridades de Segurança Pública de Goiás. Em suas palavras o Conselheiro comentou sobre uma preocupação em relação à estrutura do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, uma vez que devem pedir ao gabinete do Ministro da Justiça um cargo de Direção Assessoramento e Supervisão para secretaria do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Pois a empresa que será contratada pelo Ministério da Justiça veda o funcionário de viajar, e isso atrapalhará e muito o Conselho nas realizações das reuniões. Após a conselheira Maria Ivonete parabenizou Doutor Geder pelos trabalhos realizados no conselho durante o seu mandato no CNPCP, e também a Doutora Valdirene, que apesar de estar saindo do CNPCP estará, ainda, próximo de nós, porém fazendo parte da Ouvidoria do Departamento Penitenciário; Seguindo comentou sobre a inspeção feita, juntamente com a Doutora Gisela, no Estado do Acre e da Paraíba. Sugeriu propor na próxima reunião do CNPCP, como pauta, como poderia ser feito um debate com as Defensorias Públicas, pois o que foi visto nesses dois Estados entre trinta e quarenta por cento dos presos não deveria estar encarcerado. Assim seria importante um trabalho incessante das defensorias nas penitenciárias. Comentou sobre a importância da Secretaria do CNPCP, falou da Secretária-Executiva e comentou que foi bem assessorada pelos servidores ao tempo da inspeção ora realizada. Aproveitou o comentário do Doutor Pedro Sérgio dito logo há pouco e falou que a maioria dos Conselhos Nacionais têm secretaria-executiva e todos os cargos gozam de DAS quatro, a exemplo da Secretaria de Direitos Humanos que tem dezoito órgãos colegiado e todos possuem DAS quatro. Então isso não

seria uma questão de escolha e sim política; Após o conselheiro Vitore falou sobre a Paraíba e disse que nunca houve concurso para defensor publico e a defensoria local é oriundo de fruto de um Ato Dispositivo do artigo vinte e dois dos Atos da Disposição Transitórias. Desde sua criação nunca fizeram concurso público e a demanda vem aumentando e os problemas vão aparecendo. Após a Doutora Valdirene falou sobre o problema do Estado da Paraíba dizendo que e necessário a presença do CNPCP seja in loco, seja através da audiência pública e seja por meio de inspeção, e que é necessário ações assertivas, pois são de extrema importância para a regularização de problemas existente no Estados. Após o Presidente Geder falou sobre um convite feito pelo o Estado do Rio Grande do Sul subscrito pela Diretora, Irvalete Guimarães França, do Departamento de Tratamento Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários, onde ocorrerá um seminário nos dias 2 e 3 de abril do corrente ano sobre o tema construção de política estadual integrada para o cumprimento de medidas de segurança onde irá debater a efetividade da reforma psiquiatra do hospital de custodia, buscando articular junto a rede de atenção integral uma estratégia possível para portadores de transtorno mental em conflito com a lei. Disse que seria interessante a participação do CNPCP no evento e como não estaria mais presente no CNPCP, indicou o vice-presidente, Doutor Hebert Carneiro, para participar e representar o CNPCP. Em seguida a Doutora Valdirene irá apresentar, brevemente, o relatório de Pernambuco, disse que a ideia e que possamos passar uma prévia da situação de Pernambuco e casar alguns encaminhamento para serem apresentado numa eventual ida nossa ao estado. Disse que a visita foi realizada por ela e pelo doutor Pedro Sérgio nos dias cinco e seis de março na unidade Aníbal Bruno - que agora é um complexo dividido em três partes, sendo que foram visitadas somente duas das três unidades -, na colônia penal feminina, na penitenciária localizada na ilha de Itamaracá, na carceragem do Departamento da Polícia Federal e por último, foi realizada uma reunião com as autoridades do Estados. Começamos pelo Complexo Aníbal Bruno, mais especificamente pela unidade um. Há sete dias houve a morte de dois presos nessa unidade: Dalton Ferreira de Gouveia e Danilo da Silva de Bezerra. A princípio foi um episódio isolado. Aconteceu no dia de visita. Foi um confronto entre presos por richa, pois um dos presos tinha matado o pai de outro. Nesse meio termo outros presos fizeram pressão no sentido oposto das visitas para gerar um tumulto, possivelmente para retirar a atenção da vigilância com relação a morte do outro

preso. Ocorre que isso saiu pela culatra, tomou uma proporção maior que se imaginava. Um agente ou policial (ainda não se sabe) com munição letal feriu um preso, vindo esse a óbito. Esse fato reacende a preocupação das armas de fogo dentro de unidades prisionais, aquele fato poderia ter sido evitado caso houvesse uma melhor capacitação dos profissionais antigos e dos novos com relação ao armamento e uso de munição menos letal. Esse estabelecimento se transformou em três unidades que são separadas por muros, idéia essa apresentada pelo CNPCP. São duas unidades menores ambas com dois mil e quinhentos presos cada, e uma maior com três mil e quinhentos. Nessas duas menores já foram construídas escola e enfermaria em um padrão interessante. Na antiga e maior não foram construídos nenhum desses equipamentos, porém recebeu-se a informação de que os médicos já estão sendo contratados. Outras ações que estão sendo desencadeadas. O departamento jurídico do complexo penal está sendo instituído nas outras duas unidades. Todos os processos estavam alocados na unidade um, todavia estão sendo distribuídos para as outras duas unidades. A unidade maior tem três profissionais da área jurídica e a defensoria não tem presença. A direção da unidade relatou que a defensoria faz mutirões, porém não ficam na unidade. E isso acaba por não dar continuidade no processo. O percentual de presos provisório é de sessenta e quatro por cento, dessa forma verifica-se que o problema desse alto encarceramento é do juiz processante e não do juiz da execução. Muitas coisas boas que foram feitas nas unidades foram oriundas dos presos, como por exemplo, o fraldário. Constatou-se que havia muitos presos no ambulatório em situação imprópria. Vários presos que ali se encontram podem ser indultados, mas lá estão como se largados fossem. O Doutor Geder interrompe a apresentação do relatório para apresentar o secretário de assuntos internacionais da Bahia o Senhor Fernando Schimidt. O secretário agradeceu o convite para participar da reunião do CNPCP. Comentou sobre a agenda Bahia que foi criada pelo o governador. Essa agenda é uma interação entre os órgãos dos três poderes do Estado para a realização de programas para o desenvolvimento da Bahia. Disse que o Estado entrou em contato com a Organização das Nações Unidas para marcar uma reunião e discutir sobre a implantação da Universidade de Segurança Pública e desenvolvimento social. Após o Conselheiro Milton falou sobre a presença do secretário e comentou sobre a participação que ele teve de uma reunião da Agenda Bahia na Ordem dos Advogados. Após a Conselheira Valdirene retornou com a apresentação do relatório de

Pernambuco. O Conselheiro Pedro Sergio falou, ao que parece, sobre a existência do Pacto pela Vida que é um pacto realizado pelas instituições e autoridades que integram o Estado de Pernambuco com viés de encarceramento na tentativa de reduzir o número de homicídios. Em seguida a Doutora Valdirene comenta que os presos do Complexo Anibal Bruno ficam soltos no pátio. Tem um lado positivo que é o acesso mais rápido com à administração e outros serviços da unidade, mas por outro lado existe um descontrole e criou-se um comando por parte dos presos. Comentou sobre um preso que estava cego, surdo, mudo e com dificuldades de locomoção na enfermaria. Percebe-se o abandono por parte do Estado. Havia várias concentrações de lixo no pátio, a direção argumentou que aquilo era da visita do final de semana e que seria recolhido no mesmo dia. Cada pavilhão tem uma cantina. Há esgoto a céu aberto. As celas eram extremamente quentes. Após esse relato, a Conselheira apresentou a unidade dois, Frei Damião. A unidade é mais organizada. Tem capacidade para mil e cem presos. A unidade tem uma nova enfermaria, escola e sala de informática. E essa reforma será estendida a outras unidades do complexo. Entretanto os pavilhões continuam com construções antigas e precárias. Em seguida ocorreu a apresentação da Colônia Penal Feminina. Ela foi adaptada a partir de um prédio que era um convento. Havia muitas mulheres trabalhando e estudando. Havia oficinas de tecidos. No pavilhão as celas estão super lotadas. Após a visita, os conselheiros foram à carceragem da policia federal, porém ela estava desativada. Em seguida, foram à reunião com as autoridades locais. Os juizes da vara de execução penal comentaram sobre os problemas que estão enfrentando decorrentes do pacto que pela vida. O índice de encarceramento de presos provisórios chega a sessenta e quatro por cento. O Estado encarcerou mais de nove mil presos em cinco anos que é quase dobrar a população carcerária, aumentando em torno de quarenta por cento a população. E mesmo assim as autoridades têm a crença de que encarcerando a violência irá diminuir, e tomam como exemplo as cidades de Bogotá/Colômbia e Nova York/EUA que adotam essa política de encarceramento. Faz parte do projeto do governador desativar as três unidades prisionais na Ilha de Itamaracá, pois querem tornar o município em ponto turístico, principalmente por causa da copa do mundo em 2014. O governo prevê, nos próximos anos, a criação de mais de cinco mil vagas para o sistema. O presidente interrompe a apresentação do relatório e apresenta o Procurador-Geral de Justiça da Bahia, Wellington César Lima e Silva. O Procurador agradeceu pelo

convite para participar da reunião e diz que é um prestígio para o Ministério Público receber o Conselho Nacional de Política Criminal. O Doutor Geder é uma pessoa especial dentro da instituição do Ministério Público, pois desenvolve, de maneira, plausível seus trabalhos. Após Doutor Geder agradeceu pela presença do Doutor Wellington. Após a Doutora Valdirene retomou a apresentação do relatório de Pernambuco. Comentou sobre a unidade de regime fechado da Ilha de Itamaracá, entretanto a unidade comporta também presos do regime semi-aberto em castigo. A unidade tem mil e novecentos presos para quatro agentes penitenciários por turno. Falou dos problemas dos presos do regime semi-aberto, pois muitos deles relatam que os aparelhos de monitoramento eletrônico constantemente dão problemas. E por consequência disso, os presos sofrem as devidas penalidades, ou seja, retornam ao regime fechado. Os presos alegam que primeiro regride-se de regime para posteriormente dar a possibilidade da defesa. O Doutor Pedro Sergio comentou sobre a responsabilidade do CNPCP quanto à situação que se encontra o Estado de Pernambuco, solicitando que este CNPCP oficie o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público para informar a esses órgãos a omissão que vem ocorrendo dos respectivos órgãos judiciais e do Ministério Público, pois parece que nada fazem com que está acontecendo. Após a doutora Suzann comentou sobre a possibilidade de solicitar no relatório a reutilização do lixo até mesmo porque existe decreto federal, lei estadual e municipal que dão tratamento para o mesmo. O Doutor Fernando solicitou que fosse feita uma uniformização dos relatórios produzidos pelos conselheiros, pois só assim seria mais específica a recomendações. O Doutor Luiz Guilherme sugeriu uniformizar os relatórios até mesmo para facilitar as recomendações e propôs esse tema para discussão na próxima reunião. A Doutora Valdirene sugeriu audiência pública no Estado para apresentação do relatório, no mês de maio. O Doutor Pedro Sergio argumentou da possibilidade da imprensa acompanhar as inspeções, pois isso dará maior divulgação. Retorno após almoço, iniciou os trabalhos a Conselheira Valdirene dando a palavra ao Conselheiro Rodrigo para a apresentação do relatório de inspeção no Estado de Goiás. O Conselheiro falou que a inspeção foi feita nos dias cinco e seis de março nos municípios de Jataí, Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Goiânia. Fomos ao Centro de Incisão Social de Rio Verde. A Unidade estava sendo reformada com celas separada por faxinas. Havia local para a revista íntima de visitantes. Os agentes reclamavam muito por falta de viatura. O que nos chamou

atenção foi o forte cheiro de mofo em toda unidade e um grave problema de iluminação. Tiramos fotos para mostrar que todos os corredores estão com falta de iluminação, tendo somente uma. As obras são realizadas por transação penal. O promotor destina as verbas para manutenção do presídio. Havia três presos que trabalhavam no projeto minha moradia que era construção de casas populares. Tem uma ala feminina nesta unidade, porém ela é separada da ala masculina. Não há divisão das presas provisórias e condenadas. A prestação jurídica é deficitária. Após visitamos a Casa de Prisão Provisória de Rio Verde. Ela é mantida com verbas do Conselho da Comunidade e com recursos oriundos de transações penais. Há uma ala de seguro. Tem um telefone público na entrada para o uso dos presos da ala "A" e ala "B" alternadamente. O índice de apreensão de celulares é muito baixo. É curioso que a unidade, em uma ala "A", tem cinquenta e três camas e na outra tem vinte quatro camas. A unidade tem capacidade para cento e dezoito presos, capacidade essa determinada pelo juiz, mas no momento da inspeção abrigava 155 presos. A capacidade era contabilizada não só com as camas, mas também com as tumbas que são aqueles espaços que ficam em baixo das camas. O curioso é que por ordem judicial o juiz considerou tanto a tumba como a praia como vagas. Deficiência iluminaria. Tem uma ala nova que está sendo construída pelo Conselho da Comunidade. Em seguida visitamos a Casa de Albergado Doutor Luiz Gonzaga Jaime. Bom aspecto e boa estrutura. Área de lazer. Estrutura bem equipada. A unidade foi reformada recentemente. Logo após fomos ao Centro de Inserção Social de Jataí. Essa unidade me preocupou bastante. A iluminação e a estrutura estavam muito precárias. A superlotação era gritante, pois tem capacidade para 66 presos e no momento tem 235. Alguns dormem em redes e em algumas celas há três camas, mas habitam dez presos. As celas não têm ventilação. Grande reclamação de água e falta de assistência jurídica. Os presos de outras cidades não têm assistência jurídica. Há dificuldade de obter colchão, roupas e lençóis. Os presos reclamam também por conta da água da chuva que entra nas celas. O Juiz da Vara de Execução não concorda com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, pois alega que Jataí é rota de tráfico e fica inviabilizada a substituição. Entretanto comentei com o Juiz que o Senado Federal tinha ratificado a posição do Supremo Tribunal Federal, suspendendo a vedação à substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, mas ele, mesmo assim, não concordou e disse que o caso de superlotação pode ser resolvido pela

construção de novos presídios. No dia seguinte visitamos Goiânia e Aparecida de Goiânia. Fomos recepcionados pelo Doutor Leandro Ezequiel, gerente regional metropolitano. Ele nos disse da realização de trabalho nas unidades e nos deu a previsão de trinta dias para terminar a reforma da penitenciária Odenir Guimarães, que é a mais problemática do complexo prisional. O Presidente interrompeu a apresentação do relatório para apresentar o Doutor Nestor Duarte que é Secretário de Administração Penitenciária e de Ressocialização do Estado da Bahia. Com uso da palavra o Secretário diz que é um prazer está presente na Reunião do CNPCP. A pasta da Secretaria de Administração foi criada no ano de dois mil e onze, temos por objetivo o contato com todas os órgãos da execução penal. O Governador criou mil vagas. O Estado tem cinco mil e novecentos presos condenados e quatro mil, varia um pouco, de provisórios. Criaremos novas vagas e tentaremos ressocializar, apesar desta palavra ser de difícil concretização. As novas unidades terão escolas. Compraremos as tornozeleiras para monitoramento. Temos dez centrais de penas alternativas. E falou das demais ações do governo da Bahia para o sistema penitenciário. Após o Conselheiro Rodrigo retornou a apresentação do relatório. Tivemos uma reunião com Senhor Edmundo Dias. Ele disse que o problema de Goiás é a falta de vagas. Disse também que tem falta de contingente de agente penitenciário, porém há concurso previsto para seiscentas e três vagas. Visitamos também a indústria, o ponto alto do sistema prisional Estado. Eu e o Geder estivemos lá em dois mil e nove. No complexo há várias atividades para os presos. Visitamos a Penitenciária Feminina com capacidade para cinquenta e uma presas e abrigava quarenta e nove. Tem boa estrutura. Existe uma cantina nessa unidade e o rendimento é de uma presa, ela controla essa cantina. Em seguida visitamos a Penitenciária Odenir Guimarães, onde eu vejo o maior problema. Na inspeção que fizemos em dois mil e nove a capacidade era de setecentos e vinte presos e população girava em torno de mil trezentos e sessenta e cinco. Hoje, já conta com contingente de mil e quinhentos e setenta e dois presos. O quadro de super lotação se agravou lamentavelmente. O ambiente é escuro e úmido. O Departamento Penitenciário já liberou a verba para essas reformas, mas não houve melhora. Como sugestão faço um requerimento de que seja oficializada a interdição, o reparo imediato dessa área dos presos submetidos à área de segurança por questão de insalubridade total, num prazo de dez dias. Em seguida visitamos a Colônia Agrícola Industrial, presídio semiaberto. Na inspeção em dois mil e nove nós verificamos um grave

problema de superlotação. Esse quadro não persiste mais. Foi perguntado ao diretor a razão disso e, ele esclareceu que foi fundamental a ação do Doutor Alexandre Bizzoto, Juiz de Direito, pois ele fomenta uma política criminal descarcerizadora. A unidade apresentava falta de manutenção e mais uma vez o Conselho da Comunidade atuando com eficiência. E por fim visitamos a Casa de Albergado Ministro Guimarães com cento e cinquenta internos e cinquenta internas todos trabalhando. Conclusão do relatório: reparamos que o Estado continua sem grandes evoluções na área de manutenção dos estabelecimentos, embora a Agência Goiânia tenha procurado cumprir a Lei de Execução Penal. Os pontos negativos: Falta de assistência jurídica daí a sugestão que seja oficiada o governo do Estado para efetivar a defensoria pública. A preocupação no Centro de Inserção Social de Jataí, pois é inadmissível o quadro de superlotação. Assim recomenda-se a expedição de ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Goiás e ao Conselho Nacional de Justiça dando-lhes ciência da super lotação da unidade. Após o presidente colocou em votação o relatório. Aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida Doutor Geder falou sobre as ações Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para 2012. Essas ações estão sendo feitas. A proposta será como orientação porque não podemos concluir o mandato sem deixar o indicativo de trabalho que pode ser feito pela mesa diretora que venha assumir. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000110/2012-16 Assunto: Relatório de visita de inspeção prisional no Estado de Goiás feito Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nos dias 05 e 06 de março de 2012. Parecer do Conselheiro Rodrigo Roig pede: Que seja oficiada a Agência Goiana do Sistema de Execução Penal-AGSEP para providências; ao Tribunal de Justiça do Estado; Ao Ministério Público; À Ordem dos Advogados do Brasil e Secretaria de Justiça, conclamando-os a, juntos, desenvolverem um sistema de aplicação de alternativas penais que seja robusto e confiável, que possa dar vazão à boa parte dos custodiados que fazem jus à liberdade no curso do processo, ou ainda, à substituição de pena ou sursis. Aprovado à unanimidade. O Presidente Geder Gomes encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro e revisada pelo Servidor Rafael de Sousa Costa.

HERBERT JOSE ALMEIDA CARNEIRO
Presidente do CNPCP

Publicado no DOU, de 11/09/2012, pagina 31,32 e 33 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 .

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
pelo código 00012012091100031
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.